

REFUGIADOS EM PORTUGAL: APROXIMAÇÕES E CONCLUSÕES DE UM ESTUDO DE CASO INTERROMPIDO

Clara Costa Oliveira (CEHUM-IE-UMINHO)

Resumo: O que aqui se relatará, em dois documentos, enquadra-se na investigação-acção por mim empreendida junto de migrantes e refugiado sem Portugal, no âmbito de meu trabalho voluntário em várias instituições que acolhem este tipo de público-alvo.

Palavras-chave: refugiados; Portugal; investigação-acção

1 INTRODUÇÃO

A minha intervenção junto de várias famílias ocorreu, de modo informal, desde a chegada da grande migração de ucranianos antes da recessão económica, recolhendo material para os migrantes sírios retidos nas fronteiras europeias, etc. De um modo menos informal comecei a trabalhar como voluntária de um modo sistemático com este público-alvo em 2014, incluindo o momento de escrita deste artigo, que esteve a discussão pública em uma plataforma académica, sendo agora melhorado, antes da publicação final.

Em congressos, e nos vários tipos de media, ouvem-se poucos relatos de intervenção concreta com migrantes/refugiados¹, em Portugal. Os média divulgam usualmente ‘notícias’ de piedade e de ódio diversificadas e sem contextualização; na academia discutem-se estatutos legais e criticam-se estratégias políticas, sobretudo.

Após o fecho das fronteiras europeias, com excepção de Portugal e Grécia (que está sobrelotada de migrantes), com a alocação de migrantes permitidas pelo ditador turco em troca do silêncio europeu sobre a situação no seu país, grande parte das pessoas pensa que quando os migrantes chegam a Portugal possuem a vida resolvida e até, para alguns, possuem um estatuto favorecido face à população nacional.

¹ Ainda que não haja consenso ao nível do direito internacional, migrante é alguém que se desloca de um local para outro; os imigrantes de guerra não são considerados refugiados; apenas aqueles que fogem por questões políticas são assim considerados.

Livros com histórias de vida atribuladas que terminam nos braços de instituições portuguesas são vendidos e apresentados em bibliotecas e academicamente. E, no entanto, nem todas as histórias de vida destas pessoas (re) começa a ser boa quando vivem em Portugal, como se verá neste estudo de caso, narrado em forma de relato de experiência, a partir de dados factuais.

Outros estudos de caso são mais promissores no que se refere à integração e autonomização de migrantes/refugiados com os quais tenho vindo a conviver, contruindo mundos de vida e de sentido; serão relatados posteriormente.

Desde já afirmo não acreditar ser possível fazer das pessoas «objectos de estudo» e simultaneamente promover a sua integração, mas antes. «posiciones que no buscan comprender la realidad concebida como datos, sino como acontecimientos, sucesos, devenires, experiencias y propuestas de investigación.» (Hernández-Hernández. 2019, p. 12).

Trabalhar com (e não para) pessoas exige uma dádiva que gera confiança e só então pode ocorrer aprendizagem e co-educação. Trabalho com pessoas, e não com refugiados, sou um par de eles, não possuo títulos académicos entre eles, comemos juntos e entreadjudamo-nos. Trabalhamos em comunidade e muitas vezes entre comunidades, comigo a fazer o elo de ligação². Não me peçam objectividade pois movo-me no paradigma da complexidade e só actuo investigando, e investigo agindo. Estes são os meus pressupostos, causa de afastamento de mim por parte de muitos nomes sonantes da quinta académica e editorial. Não me queixo. Não consigo, pois sou para com as pessoas com quem construo mundos de significação. Não posso queixar-me por aquilo que não são problemas.

A meu ver, falou-se, a partir de meados do século passado, de Educação Permanente e não de Aprendizagem Permanente, para enfatizar a sua dimensão sistémica e institucional, para explicitar que o principal destinatário deste princípio normativo é a sociedade política, o poder público.

²“Cada vez que el comportamiento de una o más unidades es tal que hay un dominio en que la conducta de cada una es función de la conducta de las demás, se dice que están acopladas en ese dominio. El acoplamiento surge como resultado de las modificaciones mutuas que las unidades interactuantes sufren, sin perder su identidad, en el transcurso de sus interacciones” (MATURANA; VARELA, 1972, pp. 66-67).

Recordando aqui a visão de Bento ou Baruch Espinosa, cada pessoa realiza-se, cumpre o seu projecto de vida, tornando-se cada vez mais pessoa, isto é, concretizando, permanente e progressivamente, todas as suas capacidades, graças a uma interacção constante (física e intelectual) com o mundo físico (pelo Trabalho) e com os outros (pela Política) (Melo, 2012, p. 75).

Há, porém, algo em que não sou par: face aos olhos do estatuto profissional que detenho aos olhos dos outros. E é exactamente nessa frincha em que me encontro para reflectir. Por me ter sido pedido pelos meus pares, não identifico nem faço queixa formal do que presencio em cada dia, mas posso reflectir no anonimato. Tenho que o fazer, por questões éticas, e isso eles entendem muito bem.

Literacy promotion is complex and connects with the whole of life at the individual and societal levels. Multiple actors need to be engaged in intersectoral collaboration to embed literacy in specific contexts that shape, facilitate and constrain the practices of literacy and the ways in which people may acquire it. Flexibility, sensitivity to the wider environment and a constant questioning of where written communication fits into people's lives, livelihoods, relations and networks must underpin literacy promotion efforts. Based on programmes that emphasize respect, dialogue, negotiation and local ownership, the use of literacy will only grow if the purposes and needs of individuals and communities can be identified and built upon. Progress towards developing a culture of lifelong learning and a learning society will not become a reality without the recognition of non-formal and informal learning achievements and greater financial input" (UNESCO, 2017a, p. 9).

Ao longo do relato deste caso, irá o leitor encontrar interligadas as fases fundamentais da metodologia da investigação-acção.³ Encontram-se interligadas por estarem subordinadas ao paradigma da complexidade, e daí sempre sujeitas a mudanças. São elas: levantamento de interesses e necessidades da população-alvo, construção e execução com a população de actividades e sua avaliação continuada; dado o estudo de caso ter sido interrompido nenhuma destas fases foi completada, *strictusensu*. Os métodos utilizados são mencionados nas notas de rodapé deste documento, de modo a possibilitar uma leitura corrida do texto. Faço-o por questões académicas pois, na realidade, a investigação-acção enquadrada no paradigma da complexidade confronta-nos continuamente com a ineficácia categorial das abordagens qualitativas validadas pela academia.

³[Thisparadigm] challengesthewayoneconceivesofknowledgeproduction" (Alhadeef-Jones, 2013, p.21).

Este giro [investigar com *no method*] no lo consideramos como una moda a seguir, ni como una invitación a poner el contador a cero de lo hecho hasta ahora, sobre todo en investigación cualitativa. Lo que consideramos es que sus aportaciones nos brindan espacios para el pensar y resituar la praxis de la investigación. Espacios que nos generan desafíos, interrogantes y necesarias críticas a los modos establecidos de conceptualizar y desarrollar la investigación educativa (Hernández-Hernández. 2019, p. 12).

2 EDUCAÇÃO PERMANENTE E ONU

A educação permanente assenta nas ideias iluministas de Voltaire, entre muitas outras influências, e a criação de um mundo mais justo remonta a Kant de uma forma explícita. Se aqui acentuo esta linhagem é por ser nela que se ancoram também o quadro idealista actual dos *Objectivos de Desenvolvimento Sustentável* da ONU (ODS, que as nações vinculadas à ONU se comprometeram a cumprir até 2030 (incluindo, obviamente, Portugal).

Salientamos rapidamente a importância de alguns deles para a integração de migrantes e refugiados, fortemente articulados com os direitos humanos e direitos da criança enunciados pela ONU em 1948 e 1989, respectivamente. A figura mais importante da ONU para a criação de medidas concretas de salvaguarda destes direitos é provavelmente Theodore van Boven:

'The interdependence between human rights, peace and development means that freedom from fear and freedom from want belong as much to the heart of the concept of human rights as political freedoms. This same interdependence assumes and requires that the wider recognition and acceptance of the human factor be made the central theme in all human endeavours. One of the most important challenges for the United Nations is the elaboration and implementation of approaches to problems, and strategies for solving them, which are based on respect for human rights'» (Ramcharan, 2018, p. 6).

Sobressaímos, no entanto, a importância de esses objectivos se deverem compreender não isoladamente, mas como fazendo parte integrante da realidade complexa (Morin, 2000; Oliveira, 2008) do mundo actual, que o próprio documento e diretrizes para a sua concretização o preconizam. Essa articulação epistemológica holista

(Rorty, 1979; Oliveira, 2000) tem, com efeito, implícito que cada um dos 17 ODS se deve entender como fazendo parte da finalidade global do documento, ao mesmo tempo que essa dimensão teleológica é construída por cada um deles e pela relação entre eles. «A entrada em vigor da Agenda 2030 e dos ODS gera uma grande oportunidade de transformação em todos os países. É também uma enorme responsabilidade não apenas para governos mas também para organizações da sociedade civil, afinal esta é uma Agenda ‘das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas’ e a realização das suas promessas necessita de uma abordagem de longo prazo, inovadora e multisectorial». (Costa e Masle-Farouhar, 2016, p. 16)

Objectivo 2 Erradicar a fome. “**Objectivo 4: Educação de qualidade.** Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”; **Objectivo 10 Reduzir as desigualdades;** **Objectivo 16 – Paz, justiça e instituições eficazes;** **Objectivo 17 –Parcerias para a implementação dos objectivos ODS.**

Como se evidencia apenas pelos títulos dos objectivos, a integração de migrantes e refugiados pretende erradicar a fome, promover a paz e justiça. Embora Portugal providencie educação escolar às crianças migrantes, a literatura sobre casos portugueses demonstra como a educação de adultos não formal e informal promotora de integração eficaz na sociedade portuguesa é dificilmente compreendida como algo de urgente para reduzir as desigualdades, o que invalida a equidade enunciada nos ODS. Muitos dos migrantes encontram-se numa situação imensamente vulnerável; ganhar dinheiro para um teto e comida para a família é obviamente a sua prioridade, sendo por vezes apanhados em esquemas mais complicados de exploração insidiosa que apenas uma educação permanente de tipo não formal e informal os pode levar a compreender e, sobretudo, a agir.

As parcerias institucionais do objectivo 17 só podem funcionar se forem adequadas e sistematicamente fiscalizadas em visitas não comunicadas anteriormente, em vez de relatórios escritos trimestralmente.

We argue that the idea of ‘sustainability’ as a core value has slowly permeated policy and practice at governmental and institutional levels, in public and private policy, but that recent social and economic

crises have revealed the fragility of both institutions and policies. Therefore, it is important to debate how sustainability can be interpreted and researched in the context of education policy studies, (Milana, M., Rasmussen, P., Holford, J. (2016), p. 520).

3 CONCLUSÕES

Após tantos anos de intervenção comunitária via educação permanente não formal, e informal, de jovens e adultos, há que admitir falhas pessoais neste processo interrompido, ainda que sobretudo problemas institucionais e organizacionais muito sérios. Portugal abriu as portas mas não se encontra preparado para promover a integração de migrantes, sendo sempre possível eles tornarem-se mão-de-obra barata para pseudo-benfeitores.

A falta de formação de técnicos especializados é talvez o maior problema que encontramos no voluntariado. A maior parte das pessoas pensa que a boa vontade é suficiente para este tipo de trabalho. Direi que é necessário, mas não suficiente, e no que respeita aos refugiados e migrantes estrangeiros, este pecadilho traz problemas gigantescos dada a extrema vulnerabilidade de todo o tipo em que se encontram (Oliveira, 2016).

A falta de rigor de informação no que respeita a dados básicos das famílias acolhidas é grave, para quem efectivamente promove a integração e a autonomia; há uma enorme falta de conhecimento e de reconhecimento acerca de crenças espirituais/religiosas e de pertença a etnias específicas, muito mais identitárias do que registos eurocêtricos onde o credo religioso é ignorado (como se tal o eliminasse, em nome de uma neutralidade iluminista) e a nacionalidade sobrevalorizada. “Fundamental será também a criação de campanhas de educação para o desenvolvimento que contribuam para um entendimento do papel de cada um como cidadão global, respeitador da diversidade porque reconhece a riqueza que existe em aceitar a diferença (Costa, N., Masle-Farouhar, 2017).

Além de identificar as crenças dos outros, é urgente estudá-las, compreendê-las, mesmo que não compreendamos aquelas às quais somos associados. Isso foi feito por

minha parte quanto ao povo curdo, e pensava começar a explorar a especificidade curda quando o processo aqui narrado foi interrompido.

Isto remete-nos para outra questão: o tempo que cada família, que cada pessoa dentro de uma família precisa para se integrar é tão variado e diferenciado que exigiria uma formação efectiva e de muita experiência com populações discriminadas por parte das instituições acolhedoras. Quem tem experiência nesse âmbito, sabe perfeitamente que a escola não integra por si só uma família; aliás, às vezes até pode fazer acentuar o isolamento social das famílias, nomeadamente da de refugiados, neste caso. Reportando-nos aos ODS enunciados no início deste texto, podemos informar que a educação é, pois, apenas garantida a crianças, sendo que usualmente a educação permanente informal é praticamente descurada; existem formações não formais de língua portuguesa, mas que são frequentemente mal articuladas entre as várias instituições entre si. Os refugiados que se encontram a trabalhar, no caso desta família e outras, não sentem usualmente motivação em as frequentar e raramente dispensa laboral para o fazer, pelo que o ODS 4 é insuficientemente cumprido em Portugal (UNESCO, 2017b).

No que respeita aos migrantes vindos de zona de guerra (como neste caso), precisamos de estudar muito, nomeadamente no âmbito geo-estratégico que cada região possui nos interesses das grandes potências e da história destes povos, com culturas riquíssimas e da qual o ocidente nada nos ensina na escola. Posso referir que, ainda que enquanto académica, foi – e é- a tarefa mais difícil que tenho, mas muito necessária dado que a maior parte dos refugiados não conseguem, eles próprios, contar uma história (para si próprios) coerente do que aconteceu. A incapacidade narracional coerente tem vindo a ser considerada como uma das maiores fontes de sofrimento a que um ser humano pode ser assujeitado (Rorty, 1989), por não se conseguir contruir um sentido para aquilo que se viveu.

Equipes multidisciplinares específicas para este número crescente de população-alvo são imprescindíveis, supervisionadas por técnicos superiores de educação não formal com anos de experiência no terreno, nomeadamente em intervenção em comunidades desfavorecidas social e psicologicamente. Esses técnicos deveriam coordenar psicólogos, médicos, dentistas (a maior parte dos refugiados tem a boca numa lástima devido ao que foi comendo nos anos de fuga), assistente social e professores. Estas são recomendações básicas para começarmos a implementar os ODS 16 e 17.

Para que possam viver em paz, ter acesso à justiça e a instituições eficazes, o investimento das organizações governamentais tem que ser muito mais descentrado, de modo a que os migrantes e refugiados sintam ser necessário e útil para eles a sua inserção em programas de integração que, no caso desta família, não existem perto do seu local habitacional, deixando-os à mercê de entidades empregadoras que se percebem como benfeitores por os ajudar a eliminar a fome (ODS 2). Ainda assim, o que lhes é pago é usualmente muito pouco para que tal aconteça, sendo esse porém um problema presente grande parte da população portuguesas que sobrevive com salários muito baixos.

As instituições acolhedoras apenas teriam que contratar o técnico supervisor, mas que teria que ter reconhecido esse estatuto perante todos os outros profissionais mencionados, e que poderiam incluir mentores do programa de integração do governo português. No entanto, o pagamento do supervisor deveria estar a cargo do estado e não das entidades acolhedoras, pois isso garantiria idoneidade profissional ao supervisor, ao qual deveria ser também atribuído o papel de avaliação das entidades ditas acolhedoras (inexistente, tanto quanto sei, no que respeita à integração e autonomia).

Como acontece em quase todas as áreas sociais, não existe uma articulação coordenada entre as várias organizações, e nem entre as várias instituições naquela à qual estão afiliadas, muitas vezes. Possuindo Portugal um programa governamental de acolhimento sabemos por experiência própria a insuficiência de meios humanos que ele possui, a falta de divulgação do mesmo, entre muitos outros problemas. ONG, programas europeus, internacionais e governamentais, além de associações específicas de migrantes/refugiados não sabem quem faz o quê, nem porquê, nem como, nem tão pouco com que dinheiro, a maior parte das vezes. No meio deste caos existem profissionais esforçados e a boa-vontade de voluntários aparentemente vinculados a instituições/organizações, ancorados no terreno actuando em auto-gestão sem rectaguarda. Estas são outras recomendações para a concretização dos ODS 16 e 17.

Em termos pessoais, tenho que assumir algumas debilidades na minha atuação. Em 27 anos de terreno com populações discriminadas e/ou desfavorecidas fui sempre encontrando problemas com os técnicos institucionais. Tal não constituiu uma surpresa para mim, e por isso tentei salvaguardar a família de várias situações em que fossem confrontados entre terem que escolher entre trabalhar comigo ou com a IA. A existência de duas técnicas superiores de educação não formal (tendo sido minhas alunas em várias

ucs, e com relacionamento pessoal posterior) na IA criou-me, no entanto, a ilusão de que algumas garantias de trabalho bem feito estavam asseguradas, bem como a minha supervisão informal de voluntárias de minha confiança profissional. O erro que cometi foi acreditar que a formação humana dessas pessoas não seria maculada fortemente pelos problemas acima enunciados. Isso veio no entanto a ocorrer no primeiro caso (penso que por medo de perda de emprego), quer no segundo caso. Com efeito, as voluntárias informais não conseguiram resistir ao assédio moral e psicológico a que fomos assujeitadas, nem conseguiram ter coragem suficiente para colaborar comigo na exposição mais detalhada das razões que levaram a que esta família tivesse o seu processo de integração interrompido.

Se sempre gostei de trabalhar com pessoas e não com instituições, preferencialmente, este estudo de caso fez-me ter que assumir que o meu juízo sobre o valor ético e deontológico de pessoas por mim formadas e supervisionadas fora errado. Lição para o futuro. Dura, porque significa que o ODS 10 não é tido em consideração pelos profissionais que formo, sendo nele que assenta toda a formação que lhes é fornecida ao nível da educação permanente não formal e informal dentro de comunidades, refugiados ou de outros grupos.

Assim, considero que os “refugiados” não são representados na sua individualidade, como pessoas que possuem características distintas, que vêm de países diferentes, com religiões, profissões, desejos e condições de partida diferentes. Estas práticas tendem a silenciar os refugiados e a vincar, ainda mais, a distância entre o “nós” e o “eles” em termos de dinâmicas sociais e culturais. Estes aspetos potenciam a construção e a consolidação de discursos que promovem atitudes de exclusão, mesmo que estas, em alguns casos, estejam nas entrelinhas. (Carapeto, p. 63)

REFERÊNCIAS

- Alhadeff-Jones, M. Complexity, methodology and method: crafting a critical process of research. *Complicity: An International Journal of Complexity and Education*, v. 10, n. 1/2, pp. 19-44, 2013.
- Carapeto, M. *Refugiados, fronteiras e imagem: contributos a partir da etnografia visual*. Lisboa. ACM, 2017.
- Costa, N., Masle-Farouhar, E. Beyond 2015 – Lições de uma Campanha Global. *ONGD*, nº 9, p.17, 2017.
- Hernández-Hernández, F. Presentación: La perspectiva postcualitativa y la posibilidad de pensar en ‘otra’ investigación educativa. *EDUCATIO SIGLO XXI*, pp. 11-20, 2019.

- Maturana, H.; Varela, F. *De Maquinas y Seres Vivos*. Santiago del Chile: Editorial Universitaria, 1972.
- Melo, A. *Passagens revoltas*. Lisboa. Associação In Loco, 2012.
- Milana, M., Rasmussen, P. Holford, J. Societalsustainability: The contribution of adult education to sustainable societies. *IntRevEduc*, nº 62:517–522, 2016.
- Morin, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. UNESCO. Cortez, 2000.
- Oliveira, C. C. Holismo: Aprender e Educar. *Diversidade e Diferença*. Porto. Faculdade de Letras - Universidade do Porto, 2000.
- Oliveira, C. C. Educação: Pesquisa, Complexidade e Contemporaneidade. *Reflexão e Ação*, vol. 16, nº 2: 19-37, 2008.
- Oliveira, C. C. Para compreender o sofrimento humano. *Revista de Bioética*. 24(2), 225-34, 2016.
- Ramcharan, B. Leadership in the Quest for Protection. *The Advent of Universal Protection of Human Rights*. Springer. Springer Biographies. pp 5-13, 2018.
- Rorty, Richard. *Contingency, Irony, and Solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Rorty, R. *Philosophy and the mirror of nature*. New Jersey. Princeton University Press, 1979.
- UNESCO *Recommendation on Adult Learning and Education*. Paris- UNESCO, 2017a.
- UNESCO. *Reading the past, writing the future. Fifty years of promoting literacy*. Paris, UNESCO, 2017b.